



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Pregão Eletrônico 06/2026		Data de abertura: 10/06/2026 às 14 h	
Objeto			
Contratação de empresa especializada para a execução, sob demanda, de serviços de montagem e desmontagem de divisórias existentes, bem como fornecimento, com instalação, de novas divisórias compatíveis com o padrão do edifício-sede do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), de acordo com as previsões e as especificações descritas no Termo de Referência.			
Valor Total Estimado			
Anual: R\$ 580.274,00 (quinhentos e oitenta mil duzentos e setenta e quatro reais)			
Registro de Preços?	Vistoria	Instrumento Contratual	Forma de Adjudicação
Não	Sim	Sim	Menor preço global
Documentos de Habilitação			
Ver Item 7 do Edital			
Requisitos Específicos			
* O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicada.			
Lic. Exclusiva ME/EPP?	Res. Cota ME/EPP?	Exige Amostra	Dec. nº 7.174/2010
Não	Não	Sim	Não
Prazo para envio da proposta/documentação			
Até 2h após a convocação realizado pelo(a) pregoeiro(a)			
Pedidos de Esclarecimentos		Impugnações	
Até 03/06/2026 para o endereço: licitacoes@cnmp.mp.br		Até 03/06/2026 para o endereço: licitacoes@cnmp.mp.br	
Relação de itens			
Ver item 4.7.1 do Edital			

Acompanhe as sessões públicas dos Pregões do CNMP pelo endereço www.compras.gov.br, selecionando as opções **Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG “590001”**. O edital e outros anexos estão disponíveis para download no compras.gov e também no endereço www.cnmp.mp.br, opção **Transparência > Licitações**.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 06/2026
MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO
SEI 19.00.6160.0002431/2026-75
UASG – 590001

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.compras.gov.br

DATA: 10/06/2026

HORÁRIO: 14 HORAS

Obs.: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico, salvo comunicação do Pregoeiro em sentido contrário.

Torna-se público que o **Conselho Nacional do Ministério Público**, por meio da Coordenadoria de Aquisições e Licitações, sediado no Setor de Administração Federal Sul – SAFS, Quadra 2, Lote 3, Ed. Adail Belmonte, CEP 70070-600, realizará licitação do tipo **MENOR PREÇO**, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, visando a **contratação de empresa especializada para a execução, sob demanda, de serviços de montagem e desmontagem de divisórias existentes, bem como fornecimento, com instalação, de novas divisórias compatíveis com o padrão existente no edifício-sede do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)**, de acordo com as especificações e condições descritas neste Termo de Referência, nos termos da Lei 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, da IN SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, da Lei Complementar 123/2006, de 14 de dezembro de 2006 e demais legislação aplicável e, ainda, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a execução, sob demanda, de serviços de montagem e desmontagem de divisórias existentes, bem como fornecimento, com instalação, de novas divisórias compatíveis com o padrão do edifício-sede do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I), parte integrante deste Edital para todos os fins e efeitos.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. Termo de Referência - Anexo I;
2. Planilha de Formação de Preços - Anexo II;
3. Declaração de Regularidade - Anexo III;
4. Minuta de Contrato – Anexo IV;

1.2. O modo de disputa será aberto e fechado.

1.3. **Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Portal Compras.gov.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.**

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- 2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.
- 2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.11.1 deste Edital.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item/grupo;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que tratam os itens 3.5 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- 3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. Valor unitário do item;
- 4.1.2. Descrição do objeto.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para a contratação.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1. O limite máximo aceitável para a contratação será conforme tabela abaixo:

Item	Descrição/Especificação	Und.	Quant. Anual (Estimado)	Preço unitário	Preço global
1	DESMONTAGEM de divisórias existentes no CNMP conforme especificações apresentadas no item 3.6.1 complementada pelas demais especificações apresentadas no Termo de Referência.	m ²	700,00	90,00	63.000,00



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2	MONTAGEM de divisórias com materiais existentes no CNMP conforme especificações apresentadas no item 3.6.2 complementada pelas demais especificações apresentadas no Termo de Referência.	m ²	700,00	110,00	77.000,00
3	Fornecimento com instalação de PAINEL CEGO PISO TETO, sendo a altura conforme local da instalação, com equivalência técnica às especificações apresentadas no item 3.3.1. complementada pelas demais especificações apresentadas no Termo de Referência.	m ²	200,00	1.057,10	211.420,00
4	Fornecimento com instalação de PAINEL MISTO CEGO / VIDRO DUPLO COM PERSIANA INTERNA, sendo a altura conforme local da instalação, com equivalência técnica às especificações apresentadas no item 3.3.2. complementada pelas demais especificações apresentadas no Termo de Referência.	m ²	45,00	1.812,50	81.562,50
5	Fornecimento com instalação de PAINEL VIDRO DUPLO COM PERSIANA INTERNA, sendo a altura conforme local da instalação, com equivalência técnica às especificações apresentadas no item 3.3.3. complementada pelas demais especificações apresentadas no Termo de Referência.	m ²	25,00	2.187,50	54.687,50
6	Fornecimento com instalação de PORTA SIMPLES COMPLETA (ESTRUTURA E ACESSÓRIOS), sendo a altura conforme local da instalação, com equivalência técnica às especificações apresentadas no item 3.3.4. complementada pelas demais especificações apresentadas no Termo de Referência.	Unidade	10	4.129,50	41.295,00



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

7	Fornecimento de peças específicas para os sistemas de divisórias existentes – Aquisição mediante posterior RESSARCIMENTO, conforme condições apresentadas no item 3.7. do Termo de Referência.	Valor Limite Anual	1	R\$ 45.000,00	R\$ 45.000,00
8	Valor correspondente à aplicação do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) sobre o valor fixo de R\$ 45.000,00 do item 7, conforme condições apresentadas no item 3.7.4. do Termo de Referência.	BDI	Informar o percentual a ser considerado aqui (índice máximo de 14,02%)	Informar o valor a ser considerado aqui (valor máximo R\$ 6.309,00)	Informar o valor a ser considerado aqui (valor máximo R\$ 6.309,00)
Valor total anual (R\$)					580.274,00

4.7.2. O Prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.7.3. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.7.4. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item

4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo menor valor global:
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- 5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- 5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

5.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. Empresas brasileiras;

5.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 03 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados

5.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.
- 6.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.
- 6.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 6.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)
- 6.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 6.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 6.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5 e 3.6 deste edital.
- 6.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- 6.8.1. conter vícios insanáveis;
 - 6.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 6.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - 6.9.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 6.9.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

6.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14 Caso o Termo de Referência exija a apresentação da amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.15 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.16 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.17 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.18 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

7.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio eletrônico, desde que seja possível comprovar sua veracidade.

7.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.7 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

7.10 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

7.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.11 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, podendo ser prorrogável, a critério da administração, desde que antes de findo o prazo inicial e mediante solicitação escrita e justificada do licitante.

7.11.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.12 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.13 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

7.13.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.16 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.18 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.19 Ressalvado o disposto no item 7.9, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

7.20 **Habilitação Jurídica:**

7.20.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

7.20.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

7.20.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

7.20.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

7.20.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

7.20.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.

7.20.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.21 **Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

7.21.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

7.21.2 Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade de FGTS - CRF).

7.21.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.21.4 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

7.21.5 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.21.6 Certidão de regularidade trabalhista (CNDT).

7.22 Qualificação econômico-Financeira:

7.22.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

7.22.2. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

7.22.3. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, exigido apenas no caso de a licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

7.22.4. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

7.22.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

7.22.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

7.22.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste Edital deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

7.22.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

7.23. **Qualificação Técnica**

7.23.1 A documentação relativa à Qualificação Técnica das empresas licitantes deverá atender aos critérios estabelecidos no item 26 do Termo de Referência (anexo I do edital).

7.24. O Licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das condições contábeis do último exercício.

7.25. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.26. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

7.26.1. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para a habilitação, o órgão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.27 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o licitante será habilitado.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

8. DOS RECURSOS

8.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

8.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

8.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4 deixar de apresentar amostra, quando for o caso;

9.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5 fraudar a licitação

9.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- 9.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 9.2 Com fulcro na Portaria CNMP-SG nº 153/2023 e na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1 advertência;
- 9.2.2 multa, a ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial, nas hipóteses previstas nos itens 18 – Das Sanções Administrativas e 19 – Tabela de Penalidades, ambas do Termo de Referência – anexo I do edital.
- 9.2.3 impedimento de licitar e contratar e
- 9.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.3.2 as peculiaridades do caso concreto
- 9.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 9.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 9.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.5 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.6 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.7 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.8 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.9 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: licitacoes@cnmp.mp.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.4.2. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 11.3 Não poderá ser contratada a Licitante, ainda que habilitada e tendo o objeto a ela adjudicado, que possuir registro no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais - Cadin, nos termos do art. 6º-A da Lei 10.522/2002, incluído pela Lei nº 14.973/2024.
- 11.4 À Licitante com registro no Cadin, poderá ser facultada a possibilidade de regularização ou quitação de seu débito, para levantar o impedimento à contratação, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, prazo este passível de prorrogação, a pedido do licitante, desde que esteja devidamente justificado.
- 11.5 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.6 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.7 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.8 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.9 Para fins de aplicação das sanções administrativas previstas no item 9 do presente Edital, o lance é considerado proposta.
- 11.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

11.11 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.12 A Contratante deverá notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

11.13 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

11.14 Caberá à contratada, independente de declaração expressa, cientificar-se e submeter-se, no que couber, ao disposto no CÓDIGO DE ÉTICA DO CNMP, estabelecido pela Portaria CNMP-PRESI Nº 44, de 9 de abril de 2018.

11.15 O CNMP não é unidade cadastradora do SICAF, apenas realiza consulta junto ao mesmo.

11.16 Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas, serão dirimidas pelo Pregoeiro, por meio do e-mail licitacoes@cnmp.mp.br.

11.17 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço sítio eletrônico do CNMP.

11.18 O foro da Justiça Federal da cidade de Brasília-DF é o competente para dirimir quaisquer questões judiciais resultantes deste edital.

Brasília, de de 2026.

Marciel Rubens da Silva

Pregoeiro



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 06/2026
MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO

SEI 19.00.6160.0002431/2026-45

UASG – 590001

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a execução, sob demanda, de serviços de montagem e desmontagem de divisórias existentes, bem como fornecimento, com instalação, de novas divisórias compatíveis com o padrão existente no edifício-sede do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), de acordo com as previsões e as especificações descritas neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Da Fundamentação da Contratação

2.1.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos está pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP, documento SEI nº 1323649.

2.1.2. A alteração de leiautes, visando a adequação e divisão dos ambientes de trabalho, constitui atividade indispensável para o desenvolvimento das atividades com o objetivo de atender às necessidades de aperfeiçoamento da gestão administrativa e garantir a adequada organização funcional dos ambientes;

2.1.3. Destaca-se que a execução dos serviços de montagem e desmontagem de divisórias por demanda, assim como o fornecimento de materiais são baseadas em quantidades estimadas obtidas dos registros históricos apresentados no ETP da contratação, não representando e não havendo qualquer garantia da execução integral dos quantitativos totais apresentados no decorrer da execução contratual. Trata-se de item com contratação de valor estimado, pois correspondem à realização de serviços que dependem das demandas da administração e das necessidades do Órgão que, mesmo previstas em um planejamento inicial, podem ser alteradas ao longo do tempo em razão de alterações a pedido da gestão ou da necessidade de adequação e alteração da própria estrutura organizacional do órgão.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2.1.4. Considerando que o CNMP não dispõe, atualmente, de contrato vigente para a execução deste objeto, em razão da previsão de inclusão desse serviço no escopo de uma unificação dos diferentes serviços de engenharia e arquitetura, que ainda se encontra em desenvolvimento, demonstra-se imperioso o lançamento de um processo licitatório para a contratação de serviços de montagem e desmontagem de divisórias até que se concretize a contratação unificada.

2.2. Do parcelamento ou não do objeto

2.2.1. Em razão da natureza dos serviços envolvidos na execução de divisórias, incluindo o fornecimento de materiais para a montagem das divisórias, resta claro que tanto os serviços quanto o fornecimento dos materiais devem ser adjudicados a um mesmo fornecedor pelos motivos elencados a seguir:

2.2.1.1 Garantia da integração: Um único fornecedor pode garantir que os itens sejam projetados e fornecidos apresentando total compatibilidade entre eles, garantindo o padrão de acabamento requerido e padronizando o processo de montagem das divisórias.

2.2.1.2 Ganho em eficiência operacional: Em razão das atividades requererem a aplicação de materiais associado à execução de serviços, um mesmo fornecedor garante uma melhor gestão na programação da execução dos serviços com a disponibilização dos materiais de forma sincronizada com a execução dos serviços.

2.2.1.3 Eliminação de conflitos com a garantia: Uma única empresa se responsabilizando pelo fornecimento dos itens e pela execução dos serviços elimina possíveis conflitos entre fornecedores de materiais e os executores dos serviços quando for necessário o acionamento da garantia. A própria execução de serviços em garantia torna-se mais célere e efetiva quando todas as pendências são de responsabilidade de uma única empresa.

2.3. Da Conexão Entre a Contratação e o Planejamento Existente

2.3.1. A presente contratação está prevista no Plano Anual de Contratação – PAC – 2026, como ação PG_26_COENG_49 - Remanejamento e Instalação de Divisórias.

2.4. Da natureza do objeto

2.5. Nos termos na Portaria CNMP-SG Nº 332 de 10/10/2022, os componentes e materiais fornecidos objeto nesta contratação configuram-se como bens de consumo de qualidade comum.

2.6. Os serviços, objeto deste termo de referência, são considerados comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado,



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

portanto, enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns de que trata o inciso XIII, art. 6º, da Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1. Contratação de empresa especializada para a execução, sob demanda, de serviços de montagem e desmontagem de divisórias existentes e fornecimento, com instalação, de novas divisórias compatíveis com o padrão existente no edifício-sede do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), de acordo com as previsões e as especificações descritas neste Termo de Referência.

3.1.1. Os serviços de montagem e desmontagem se referem exclusivamente à reutilização de divisórias já disponíveis no CNMP, resultado de remanejamentos de divisórias ou reaproveitamento de material já armazenado. Neste caso contempla a utilização e aplicação dos materiais das divisórias já disponíveis, resultantes das desmontagens efetuadas e mediante aplicação dos insumos de consumo imediato, que devem ser fornecidos na execução desses serviços nas divisórias já existentes, conforme indicado no item 3.6.2.1.1, cujo custo deve estar contemplado nos respectivos itens de serviços de desmontagem e montagem da tabela de preços.

3.1.2. Caso seja necessário a aquisição, em caráter complementar, de peças específicas para os sistemas de divisórias já existentes no CNMP, de modo a possibilitar o pleno reaproveitamento de todo o material disponível, e mediante autorização da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá realizar a aquisição com posterior ressarcimento. Nesta situação, o pagamento será realizado por meio de posterior ressarcimento mediante comprovação dos custos, conforme pesquisa de preços realizada das peças e da aplicação do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI).

3.1.3. Para os serviços que exigirem a adição de novas divisórias, a CONTRATADA deverá realizar o fornecimento completo das peças e componentes para a montagem dessas novas divisórias, já considerando os serviços de instalação, sem reaproveitamento de peças existentes ou combinação de peças do sistema novo com o do sistema antigo. Para isso as novas divisórias deverão garantir compatibilidade estética e funcional de modo que possibilite a integração e coexistência em um mesmo ambiente das divisórias dos diferentes fornecedores.

3.1.4. O item 3.3 apresenta as características das divisórias predominantes no CNMP, da fabricante ABATEX, constituídas de sistema tipo saque frontal (encaixe lateral) e individual dos painéis com modulação para os painéis cegos de 890 mm, estrutura interna em perfis de alumínio extrudado anodizado natural fosco, portas com folhas de 80 cm ou de 90 cm de largura, espessura final acabada da



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

divisória de 85 mm, com preenchimento em lã de pet ou de rocha em placas com 50mm de espessura, com altura das divisórias variando de 2410mm a 2500mm, conforme aplicação nos pavimentos.

3.2. Para fins de equivalência técnica das novas divisórias com o padrão existente ABATEX, o item 3.4. apresenta os padrões mínimos de aceitabilidade dos materiais a serem fornecidos nos casos de necessidade. Esses requisitos têm por finalidade garantir a ampla competitividade entre as empresas atuantes no mercado, não restringindo o fornecimento ao sistema do fabricante ABATEX.

3.3. Descrição detalhada das divisórias existentes:

3.3.1. **PAINEL CEGO PISO TETO:** Painel cego com 90 cm (largura), espessura final acabada da divisória montada de 85mm (padrão da edificação) e altura variável, conforme aplicação, confeccionado em madeira aglomerada prensada com espessura mínima 15 mm com revestimento melamínico bp com cor e acabamento variável em função do local da aplicação, bordadas com pvc, com espessura mínima 1 mm, contendo estrutura portante em alumínio extrudado anodizado natural fosco, guias de piso e de teto, cliques/prendedores, acabamentos retos e de quina, niveladores de painéis, juntas acústicas externas, ferragens, isolamento acústico em placas de lã de pet 90 x 90 cm espessura 50 mm.

3.3.2. **PAINEL MISTO CEGO / VIDRO DUPLO COM PERSIANA INTERNA:** Painel composto parte cego (altura de 100 cm) e parte em vidro duplo com persiana interna (de altura com dimensão até complementar o pé-direito) com 125 cm de largura e espessura final acabada de 85mm. Especificações parte cega: confeccionada em madeira aglomerada prensada com espessura mínima 15 mm com revestimento melamínico BP cor a ser definida, bordadas com pvc, com espessura mínima 1 mm. Especificações parte em vidro: composta por vidro duplo laminado de segurança, incolor, espessura mínima 6 mm (3mm+pvb+3mm), ancorados por borracha EPDM, encaixilhados em perfis que formam entre si ângulos de 45° (meia esquadria) sem o uso de baguetes, fixados à estrutura através de sistema frontal de clipe em nylon de alta resistência, sem que haja necessidade de grapas (ancoragem por gravidade), garantindo alinhamento, esquadrejamento e contraventamento do conjunto (estabilidade dimensional) além de saque frontal e individual dos painéis. Persianas em lâminas de alumínio com 16mm de largura, entre vidros acionamento através de comando por botão, com todos os seus mecanismos de funcionamento (superior, inferior e comando botão) embutidos na estrutura da divisória visualizando-se somente as réguas de perímetro da persiana.

3.3.3. **PAINEL VIDRO DUPLO PISO TETO COM PERSIANA INTERNA:** Painel em vidro duplo, piso - teto, com persiana interna, 125 cm de largura e espessura final acabada de 85mm. Painel



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

em vidro duplo, com altura variável conforme aplicação, largura de 125cm, espessura final acabada de 85 mm, composto por vidro laminado de segurança, incolor, espessura mínima 6 mm (3mm+PVB+3mm), ancorados por borracha EPDM, encaixilhados em perfis que formam entre si ângulos de 45° (meia esquadria) sem o uso de baguetes, fixados à estrutura através de sistema frontal de clipe em nylon de alta resistência, sem que haja necessidade de grapas (ancoragem por gravidade), garantindo alinhamento, esquadreamento e contraventamento do conjunto (estabilidade dimensional) além de saque frontal e individual dos painéis. Persianas em lâminas de alumínio com 16mm de largura, entre vidros acionamento através de comando por botão, com todos os seus mecanismos de funcionamento (superior, inferior e comando botão) embutidos na estrutura da divisória visualizando-se somente as réguas de perímetro da persiana

3.3.4. PORTA SIMPLES COMPLETA (ESTRUTURA E ACESSÓRIOS): Porta com folha única do piso ao teto, confeccionada em madeira aglomerada maciça ou placas de MDF com colmeia interna com capacidade de absorção acústica, espessura mínima de 38 mm, bordeadas em PVC rígido em todo o seu perímetro (espessura mínima de 2 mm) revestida com laminado melamínico BP. Batentes totalmente em liga de alumínio extrudado anodizado natural fosco com canal para encaixe de dobradiças e chapa testa, acabamento de topo em todo o perímetro em PVC rígido de encaixe sob pressão, possibilidade de possibilitar a instalação de interruptores nos batentes e respeitando o padrão existente. Dobradiças em alumínio anodizado natural fosco com sistema de antirruído, encaixadas frontalmente ao batente e fixadas a ele sob pressão através de parafusos perímetro em aço inoxidável sem perfuração no batente e que permita a regulação da folha de porta e alteração de lado de abertura no próprio batente, sem troca de componentes. Conjunto fechadura interna. Marca La Fonte / grupo ASSA ABLOY - linha Heritage - Modelo 515 AEE - 55mm. Acabamento cromado acetinado conforme padrão existente no prédio. A adoção do mesmo padrão já existente para as dimensões das portas e das fechaduras é necessária por questões técnicas e funcionais, tanto para a manutenção de rotina, quanto para a desmontagem e remontagem de divisórias, considerando as furações nas portas e batentes, incluindo os itens de acabamento, compartilhamento das peças e o pleno reaproveitamento dos cilindros, e das respectivas chaves, nas atividades de remanejamento, ou quando há necessidade de troca do segredo para algum ambiente.

3.4. Padrões mínimos de aceitabilidade dos materiais a serem fornecidos nos casos de necessidade:

3.4.1. Com vistas a garantir a ampla competitividade entre as empresas atuantes no mercado, os requisitos mínimos de aceitação servem para compatibilizar o padrão das novas divisórias a serem



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

fornecidas com o já existente no órgão, de modo a não restringir o fornecimento ao sistema do fabricante ABATEX.

3.4.2. Tendo em vista que o padrão do órgão é a divisória acabada com espessura de 85 mm, quando for necessário o fornecimento de componentes extras, serão aceitos aqueles que resultem em um acabamento com espessura final da divisória acabada com 85 mm com variação admissível de +/- 10%, ou seja, com variação na espessura final acabada da divisória de 76,5 mm a 93,5 mm. Isso se aplica a todos os componentes que afetem diretamente a espessura final da parede da divisória, tal como, guias de piso e de teto, montantes, portais e acabamentos de cantos, exceto as espessuras das placas de madeira aglomerada prensada, vidros ou de portas, bem como demais elementos que não condicionam diretamente a espessura final acabada da divisória. Porém o padrão da divisória, tanto no quesito estético quanto funcional, deverão ser plenamente atendidos, respeitando-se a tolerância especificada para a espessura acabada.

3.4.2.1 Não serão aceitas estruturas mescladas Aço/Alumínio, bem como não serão aceitos perfis em chapa dobrada de aço.

3.4.3. As placas confeccionadas em madeira aglomerada prensada, necessárias para a montagem dos painéis cegos, deverão respeitar a espessura mínima de 15 mm com revestimento melamínico bp cor e padrão de acabamento a ser definida conforme o local da aplicação, bordeadas com pvc, com espessura mínima 1 mm, equivalente ao padrão existente na edificação.

3.4.4. Os componentes que promovem a fixação das placas na estrutura da parede de divisória, tais como cliques e niveladores, em nylon, deverão garantir o mesmo processo de montagem do sistema ABATEX, conforme descrito nos itens deste Termo de Referência, de modo a manter o padrão de montagem/desmontagem já existente e facilitar a execução dos serviços.

3.4.5. Portais, acabamentos de cantos e de trechos retos deverão ser confeccionados no mesmo material adotados pelo sistema ABATEX, de modo a manter a uniformidade dos acabamentos, de modo que os ambientes possam receber divisórias de fornecedores distintos sem comprometer o padrão estético já consolidado.

3.4.6. As dobradiças das portas e juntas acústicas externas embutidas entre as placas, mesmo que confeccionadas em material diferente, deverão manter características funcionais e estéticas equivalentes ao existente no sistema ABATEX.

3.4.7. As divisórias resultantes com o emprego dos componentes fornecidos devem obedecer aos parâmetros técnicos estabelecidos na NBR 15.141:2008 - Móveis para escritório - Divisória modular



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

tipo piso-teto, e as normas complementares, como NBR 11.675:2016 - Divisórias leves internas moduladas - Verificação da resistência aos impactos; e ABNT NBR 10152: Acústica — Níveis de pressão sonora em ambientes internos a edificações.

3.4.8. Considerando os valores de referência de conforto acústico estabelecidos na ABNT NBR 10152:2017 para ambientes internos de trabalho administrativo, em especial o limite máximo de 45 dB(A) para o nível de pressão sonora contínuo equivalente (L_{Aeq}), exige-se que o sistema de divisórias fornecido apresente isolamento acústico mínimo de 35 dB ($R_w \geq 35$ dB), de modo a possibilitar que, em condições normais de uso, o ambiente atenda aos níveis de ruído previstos na referida Norma.

3.4.8.1. O desempenho acústico do sistema deverá ser comprovado por meio de laudo técnico de ensaio, emitido por laboratório de acústica acreditado pelo Inmetro, nos termos da Coordenação-Geral de Acreditação (Cgcre/Inmetro), com classificação do isolamento sonoro conforme ABNT NBR ISO 717-1.

3.4.8.2. Os laudos deverão ser apresentados juntamente com a amostra, certificando que o sistema de divisórias a ser fornecido apresenta isolamento acústico mínimo $R_w \geq 35$ dB.

3.4.9. A empresa deverá garantir compatibilidade de montagem e integração dos novos módulos de divisórias com os módulos das divisórias padrão ABATEX existentes na edificação, assim como com paredes em alvenaria e em “DryWall”.

3.4.10. Em relação às características técnicas, o atendimento aos seguintes quesitos deverá ser garantido:

3.4.10.1 Acabamento e estética – atenção à junção das peças e das conexões, à igualdade das medidas, ao perfeito alinhamento dos materiais apresentando superfícies retas e planas, e à uniformidade dos materiais empregados como textura e cores;

3.4.10.2 Conectividade - espessura final das paredes conforme o sistema de divisórias adotado, encaixes, conexões/fixações e acabamentos padronizados e precisos, e presença de acabamentos adequados na conexão com outros sistemas, como na integração das divisórias a serem fornecidas com divisórias já existentes e paredes em alvenaria e “DryWall”;

3.4.10.3 Montagem e modularidade— garantia da perfeita montagem considerando encaixes, fixações, elementos portantes, cliques, niveladores, dobradiças e demais componentes, ferragens (incluindo a fechadura) e interruptor da iluminação, de forma que se demonstre a estabilidade e rigidez do conjunto e facilidade na desmontagem com preservação das peças para posterior remontagem;



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

3.4.10.4 Durabilidade – o processo construtivo adotado deverá assegurar a correta e precisa montagem das estruturas internas e externas, garantindo a solidez, estabilidade e integridade do conjunto como um todo. Não serão admitidas peças ou componentes mal encaixados, mal fixados ou suscetíveis a desprendimentos, bem como à geração de folgas, perda de alinhamento, que possam vir a comprometer o desempenho estrutural ao longo da vida útil do sistema;

3.4.10.5 Conforto térmico e acústico – Nas montagens deverão ser aplicados materiais que garantam as condições de desempenho acústico especificadas neste Termo de Referência.

3.5. Definição do Serviço

3.5.1. Prestação de serviços de desmontagem e montagem de divisórias, incluindo os ajustes necessários na montagem das divisórias com os materiais existentes, como adequações necessárias em divisórias e na estrutura portante nas regiões de encontro de montagens novas com as já existentes, obedecendo ao padrão existente no edifício-sede do CNMP e atendendo perfeitamente às exigências do Conselho Nacional do Ministério Público apresentadas neste Termo de Referência, em acordo com as demandas do órgão.

3.5.2. Os serviços de desmontagem e montagem incluem a aplicação dos insumos de consumo imediato, que devem ser fornecidos na execução desses serviços, conforme indicado, respectivamente, nos itens 3.6.1 e 3.6.2, cujo custo deve estar contemplado nos respectivos itens de serviços de desmontagem e montagem da tabela de preços

3.5.3. Por se tratar de reaproveitamento de materiais disponíveis no CNMP, caso seja necessário a aquisição, em caráter complementar, de peças específicas para os sistemas de divisórias já existentes no CNMP (peças individualizadas integrantes e específicas do sistema de divisórias existente), de modo a possibilitar o pleno reaproveitamento de todo o material disponível, e mediante autorização da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá realizar a aquisição com posterior ressarcimento. Nesta situação, o pagamento será realizado por meio de posterior ressarcimento mediante comprovação dos custos, conforme pesquisa de preços realizada das peças e da aplicação do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI).

3.5.4. Para os casos em que houver necessidade, a contratação inclui o fornecimento de materiais, já contemplando os serviços de instalação, para a montagem de novos painéis e portas de divisórias.

3.5.5. O fornecimento com a instalação de novas divisórias contempla de forma completa os respectivos itens que integram o sistema de divisórias, tais como montantes, guias de piso, guias de teto, portais, portas, fechaduras, dobradiças, interruptores e fiação elétrica, batedores de portas, placas,



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

acabamentos, cliques e niveladores, lã de rocha ou lã de PET, dentre outros componentes do sistema de divisórias apresentados neste Termo de Referência, devendo haver compatibilidade entre os materiais entregues e o sistema existente no órgão conforme especificado no item 3.3.

3.6 Especificação dos Serviços

3.6.1 DESMONTAGEM: Execução de serviços de desmontagem de divisórias do sistema da fabricante ABATEX existentes no CNMP conforme padrão especificado neste tópico, bem como de divisórias eventualmente fornecidas por outros fornecedores, incluindo a própria CONTRATADA. Os serviços são medidos em metros quadrados (unidade de área) e se aplicam a qualquer dimensão em termos de largura e altura existentes. Os serviços também se aplicam de modo indiferente ao tipo de divisória a ser desmontada, isto é, painel cego, painel cego/ vidro, painel de vidro, porta e/ou guichê. A desmontagem deverá ser realizada por profissionais com experiência no sistema ABATEX ou equivalente, utilizando-se ferramental específico para essa divisória e garantindo-se a integridade e o reaproveitamento de materiais, peças e componentes resultantes da desmontagem, salvo eventuais recortes existentes que não possibilitem qualquer tipo de reaproveitamento. Após o desmonte, os componentes resultantes deverão ser retirados, separados, as placas limpas, os enchimentos de lã de PET ensacados, transportados, identificados e organizados pela CONTRATADA em local de depósito especificado pelo CONTRATANTE. Os insumos necessários para as atividades de limpeza, identificação e organização do material a ser armazenado, incluindo lonas, sacos plásticos, abraçadeiras, e etiquetas para a identificação deverão ser providenciados pela CONTRATADA sem ônus adicionais ao CONTRATANTE. Os custos relativos aos produtos citados deverão compor o preço unitário do serviço de desmontagem.

3.6.1.1 Os materiais reutilizáveis a serem empregados nos serviços deverão ser separados e transportados do depósito até o local da execução dos serviços, salvo as situações em que a montagem for precedida de desmontagem, em que os materiais originados do desmonte poderão ser aplicados diretamente na remontagem.

3.6.1.2 Os materiais sem condições de reaproveitamento deverão ser recolhidos, separados e ser providenciado a destinação correta para o descarte conforme apresentado no item 4.

3.6.2 MONTAGEM: Execução de serviços de montagem de divisórias com materiais já existentes no CNMP, conforme especificado neste Termo de Referência, incluindo a execução de ajustes, recortes, pré-montagem necessários para adequação da forma e das dimensões das divisórias no



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

fechamento dos painéis decorrentes de desmontagens e remontagens. Pelo fato de o prédio possuir piso elevado dotado de placas apoiadas sobre estrutura metálica, as guias de piso deverão ser fixadas por meio de fita dupla face, fornecidas pela CONTRATADA, salvo nos cantos (loais de mudança de direção da divisória), portais, ou trechos retos muito longos, ou outras situações em que haja necessidade de se garantir a estabilidade do conjunto por meio de fixações parafusadas.

3.6.2.1 Da montagem: Os serviços são medidos em metros quadrados (unidade de área) e se aplicam a qualquer dimensão em termos de largura e altura existentes. Os serviços também se aplicam de modo indiferente ao tipo de divisória a ser montada, isto é, painel cego, painel cego/ vidro, painel de vidro, porta e/ou guichê. A montagem deverá ser realizada por profissionais com experiência no sistema da fabricante ABATEX ou equivalente, utilizando-se ferramental específico para essa divisória e garantindo-se uma montagem que propicie resultado nos mesmos padrões das novas divisórias.

3.6.2.1.1 Todos os insumos de uso imediato e necessários para a montagem das divisórias deverão ser fornecidos pela contratada, sem ônus adicionais ao CONTRATANTE, tais como: parafusos, rebites, fitas adesivas, colas, fita dupla-face, buchas, abraçadeiras, lonas para proteção, sacos plásticos e similares. Os custos relativos aos produtos citados deverão compor o preço unitário do serviço de montagem. Essa obrigação se aplica tanto para a montagem de novas divisórias, com materiais fornecidos pela CONTRATADA, quanto para a remontagem de divisórias proveniente de reaproveitamento de material já existente no CNMP.

3.6.2.1.1.1 Havendo a necessidade de aquisição de materiais não categorizados como de consumo imediato, como os da relação acima, poderá ser realizada a aquisição mediante posterior ressarcimento conforme apresentado no item 3.7.

3.6.2.1.2 Dos ajustes: Os serviços de montagem também incluem a realização de cortes nas chapas de madeira com aplicação da fita de borda, cortes em montantes, guias de piso e de teto, bem como ajustes nos encaixes dessas peças, ajustes nas medidas das folhas das portas para o perfeito encaixe nos portais disponíveis (resultado dos constantes remanejamentos) incluindo a aplicação da fita de borda, aberturas para passagem e instalação de infraestrutura/iluminação e rede estruturada, e limpeza final dos serviços realizados, de modo a possibilitar uma montagem perfeita e possibilitar a adequação da



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

estrutura portante necessária para a fixação dos painéis. Tais ajustes visam garantir o perfeito fechamento e alinhamento dos painéis de divisória, independentemente do tipo da divisória, isto é, painel cego, painel cego/vidro, painel de vidro, porta e/ou guichê. Além da estrutura portante, também são ajustados o posicionamento de cliques/prendedores, acabamentos retos e de quina, niveladores de painéis, juntas acústicas externas, ferragens, tamanho das placas de isolamento acústico em placas de lã e todos os demais elementos que compõem o sistema de divisórias existentes na edificação. Os serviços são medidos em metros quadrados (unidade de área) considerando-se as dimensões em termos de largura e altura presentes no painel cego que será alterado. Os ajustes deverão ser realizados por profissionais especializados no sistema existente, utilizando-se ferramental específico para essa divisória e garantindo-se uma montagem que propicie resultado nos mesmos padrões das novas divisórias. Todos os insumos de uso imediato e necessários para a para os ajustes deverão ser fornecidos pela contratada, tal como indicado no item 3.6.2.1.1.

3.6.2.1.3 Ao final da montagem deverá ser realizada limpeza dos painéis, com a retirada de pó, manchas de cola, adesivos, ou qualquer outro tipo de impureza que esteja presente nas superfícies de acabamento da divisória.

3.6.2.1.4 Os resíduos provenientes das atividades de montagem deverão ser recolhidos, separados e ser providenciado a destinação correta para o descarte conforme apresentado no item 4.

3.6.2.2 Na hipótese de aquisição complementar de peças específicas para os sistemas de divisórias existentes, previamente autorizada pela CONTRATANTE, o ressarcimento será efetuado com base nos custos diretos comprovados, acrescidos de BDI compatível com itens de mero fornecimento de materiais, observados os parâmetros de referência do Tribunal de Contas da União.

3.7 Fornecimento de peças específicas para os sistemas de divisórias existentes – Aquisição mediante posterior RESSARCIMENTO – com aplicação de BDI diferenciado para materiais.

3.7.1 Caso venha a ser necessária, em caráter excepcional e complementar, a aquisição de peças, componentes ou acessórios específicos destinados aos sistemas de divisórias já existentes no âmbito do CNMP, exclusivamente com a finalidade de viabilizar o pleno reaproveitamento do material disponível, a CONTRATADA poderá realizar tal aquisição, mediante posterior



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ressarcimento com aplicação de BDI diferenciado, desde que previamente autorizada pela CONTRATANTE.

- 3.7.1.1 Fica estabelecido para a modalidade ressarcimento, o **limite de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) ao ano.**
- 3.7.1.1.1 O valor fixo informado, deve ser considerado para fins de apresentação da proposta de preços, conforme apresentado no item 7 da tabela de formação de preços – Anexo II do Edital.
- 3.7.1.1.2 O valor fixado para o ressarcimento sofrerá as alterações promovidas pelos reajustes que venham a ocorrer ao longo da vigência do contrato conforme previsto na Seção 7 – REAJUSTE.
- 3.7.1.2 Os materiais fornecidos para serem empregados nos serviços deverão ser novos, de primeiro uso, e atendendo plenamente as especificações técnicas especificadas neste Termo de Referência.
- 3.7.2 Nessas hipóteses, o fornecimento das peças será remunerado mediante posterior ressarcimento, condicionado à apresentação de documentação comprobatória dos custos incorridos, incluindo, no mínimo:
- 3.7.2.1 Notas fiscais de aquisição emitidas em nome da CONTRATADA;
- 3.7.2.2 Pesquisa de preços atualizada, realizada previamente à aquisição, com, no mínimo, três cotações válidas ou outra metodologia admitida pela CONTRATANTE;
- 3.7.2.3 Comprovação da compatibilidade técnica das peças adquiridas com os sistemas de divisórias existentes.
- 3.7.3 Sobre os custos diretos comprovadamente incorridos na aquisição das peças poderá incidir percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), exclusivamente para fins de ressarcimento de despesas indiretas, tributos incidentes sobre o faturamento, custos administrativos, financeiros e remuneração da CONTRATADA, vedada a aplicação de BDI próprio de serviços ou obras de engenharia.
- 3.7.4 Para fins de ressarcimento das aquisições complementares de peças e materiais, poderá ser adotado, como referência, percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) diferenciado de no máximo 14,02% (quatorze vírgula zero dois por cento), compatível com itens caracterizados como mero fornecimento de materiais, nos termos dos parâmetros estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União, notadamente o Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

3.7.4.1 Na tabela de formação de preços - Anexo II do Edital, por meio do item 8, a licitante deverá indicar o valor total resultante da aplicação do BDI a ser considerado em sua proposta de preços sobre o valor fixo de R\$ 45.000,00, ressaltando-se que o índice do BDI não deve ultrapassar o percentual de 14,02%, ou seja, o valor a ser informado no item 8 da tabela de preços não deve ser superior a R\$ 6.309,00 (seis mil trezentos e nove reais).

3.7.5 Não serão reembolsados valores referentes a margens adicionais, sobrecustos não comprovados, tributos não incidentes sobre o faturamento ou quaisquer encargos incompatíveis com a natureza de mero fornecimento de materiais.

3.8 Procedimentos para a execução de serviços e fornecimento de materiais de novas divisórias completas.

3.8.1 Sempre que for necessária a realização de serviço por demanda, o CONTRATANTE fará uma solicitação por e-mail à CONTRATADA, encaminhando uma Ordem de Serviço/Fornecimento, com o projeto gráfico da alteração de leiaute a ser executada e solicitará em seguida, por telefone, que a CONTRATADA confirme o recebimento da solicitação, também por e-mail.

3.8.1.1 A partir da confirmação do recebimento será dado início à contagem do prazo para início dos serviços.

3.8.1.1.1 Caso a CONTRATADA não confirme o recebimento do e-mail para retardar o início da contagem de prazo para a execução dos serviços, será encaminhada pelo CONTRATANTE uma notificação relatando tal prática, a partir da qual a empresa estará sujeita à aplicação das penalidades previstas na legislação vigente.

3.8.2 Em até 3 (três) dias úteis do recebimento da Ordem de Serviço/Fornecimento, a CONTRATADA deverá avaliar a demanda e realizar o levantamento de itens e quantidades a serem fornecidos e dos serviços a serem executados, bem como do cronograma de execução com data de entrega, apresentando o resultado da análise em um Memorial de Cálculo em papel timbrado da CONTRATADA à FISCALIZAÇÃO para validação e aprovação.

3.8.3 Aprovado a execução dos serviços e do fornecimento dos materiais, a execução deverá respeitar o cronograma aprovado, estando a CONTRATADA sujeita aos descontos previstos no item 25 - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR, caso não cumpra com os indicadores previstos.

3.8.4 Durante a execução os serviços a CONTRATADA deverá disponibilizar um encarregado para orientar a sua equipe sempre que necessário, porém essencialmente no início dos serviços ou



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

sempre que houver necessidade de integração dos serviços previstos com equipes de profissionais de outros contratos do CNMP.

- 3.8.5 Os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser novos, de primeiro uso, e atendendo plenamente as especificações técnicas especificadas neste Termo de Referência.
- 3.8.6 A entrega dos materiais previstos no CNMP deverá ser devidamente pré-agendada com a fiscalização de forma a se evitar conflitos ou indisponibilidade de agenda dos servidores do CNMP e interferências com outros serviços em execução ou mesmo com a realização de eventos de grande porte.

3.9 Considerações gerais finais:

- 3.9.1 No edifício sede do CNMP, dependendo do andar e local, o pé-direito pode variar de 2,45 a 3,00 metros, sendo a altura média predominante de 2,47 m.
- 3.9.2 Em razão do sistema de ar-condicionado central do Edifício-Sede do CNMP ser por difusão através do piso elevado e do mesmo não ser compartimentado, isto é, atende vários ambientes de um mesmo pavimento, poderá haver necessidade de que os serviços sejam executados com o sistema de ar-condicionado desligado.
- 3.9.3 De modo a garantir a saúde e o próprio conforto e bem-estar dos usuários e dos prestadores de serviço diretamente envolvidos com o serviço, visto que o manuseio das mantas de lã de vidro e de rocha (isolamento térmico/acústico existente entre as placas da divisória) provoca o desprendimento de fibras ocasionando irritações na pele, nos olhos e na garganta, tais serviços poderão ser executados em dias e horários fora do expediente normal no CNMP, ocasiões onde o sistema de ar-condicionado central se encontrará desligado.
- 3.9.4 A CONTRATADA deverá garantir aos seus prestadores de serviço a disponibilização de todos os EPIs e EPCs necessários e imprescindíveis para a execução dos serviços.
- 3.9.5 Está incluído nos serviços a serem realizados o transporte do material entre o depósito e o local da instalação e vice-versa, ficando a cargo da empresa contratada o deslocamento de todos os elementos necessários e suficientes para a realização dos serviços, bem como dos materiais resultantes dos serviços de desmontagem, incluindo painéis cegos, portas, guias, montantes, vidros com persianas, dentre outros.
- 3.9.6 Para o referido transporte, poderá ser utilizado o elevador de serviço do órgão, devendo ser respeitados os limites máximos de carga do elevador e mediante a adoção dos cuidados



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

necessários para que o transporte dos materiais não danifique as partes e itens de acabamento dos elevadores, tanto internos quanto externos.

- 3.9.7 Após o término da montagem das divisórias, a CONTRATADA deverá providenciar a limpeza dos painéis e vidros para a retirada de elementos aderidos ao sistema, tais como restos de adesivos, durex ou outro tipo de material colante, utilizando-se de produto próprio para tal finalidade e que não seja agressivo às divisórias, do tipo próprio para remoção de grude e de cola.

4. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

4.1.1. A CONTRATADA deverá zelar pela correta destinação dos resíduos decorrentes dos serviços prestados. Resíduos de construção civil deverão ser dispostos em local autorizado pelo poder público para esse fim, conforme a Lei n. 12.305/2010 (Lei de Resíduos Sólidos), Resolução Conama nº 307/2002 e a Lei distrital nº 4.704/2011 (dispõe sobre a gestão integrada de resíduos da construção civil e de resíduos volumosos e dá outras providências) nos seguintes termos:

- 4.1.1.1. Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- 4.1.1.2. Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- 4.1.1.3. Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- 4.1.1.4. Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 4.1.2. Em nenhuma hipótese, a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos domiciliares, encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por lei, bem como em áreas não licenciadas.
- 4.1.3. A CONTRATADA deverá apresentar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE ou por ocasião da medição, os comprovantes de entrega em áreas de transbordo e triagem (ATT) ou aterros licenciados pelo órgão ambiental competente.

5. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

5.1. Os recursos dessa contratação estão consignados no orçamento da União para 2026, no Plano Interno 26COENG49, PTRES 174664 e Natureza de Despesa 33.90.39-16 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, para os serviços, itens 1 e 2 da tabela de formação de preços (seção 16. CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO E ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS) e 33.90.30-24 - Material para Manutenção de Bens Imóveis/Instalações, para o fornecimento de materiais, itens 3, 4, 5, 6 e 7/8 da referida tabela.

6. VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo, a critério da Administração, ser prorrogado sucessivamente, até o limite de 10 (dez) anos, conforme artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

6.2. O prazo para assinatura do instrumento contratual ou documento equivalente, é de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital e seus anexos.

6.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração. (Art. 90. § 1º)

7. REAJUSTE

7.1. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__.

7.2. Havendo a prorrogação contratual, após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPCA, ou outro que vier a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.5. Ocorrerá a preclusão do direito de reajuste caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente até 6 (seis) meses após os prazos constantes dos itens 7.1 e 7.3, conforme o caso.

7.6. Ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

7.7. A solicitação de reajuste será respondida pela CONTRATANTE no prazo de 60 dias, contados da data de apresentação do pedido, desde que devidamente instruído com todos os documentos necessários à análise da solicitação.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

8. AMOSTRA

8.1. O licitante classificado em primeiro lugar deverá, para fins de comprovação da compatibilidade dos materiais a serem fornecidos na montagem de novas divisórias com o padrão existente na edificação, conforme especificações constantes neste Termo de Referência, deverá apresentar amostra montada atendendo às especificações apresentadas no item 8.4 - Da apresentação de amostra.

8.2. A apresentação da amostra tem por objetivo comprovar a equivalência entre o sistema a ser fornecido e o sistema existente respeitando-se as características das divisórias existentes e deverá estar acompanhada de catálogo técnico descrevendo as características dos produtos.

8.3. A especificação e qualidade dos materiais e a montagem executada serão confrontados com as características técnicas presentes no item 3.4. *Padrões mínimos de aceitabilidade dos materiais a serem fornecidos nos casos de necessidade*, bem como na tolerância dimensional admitida na espessura final da divisória entre 85mm +/- 10%, o que corresponde à espessura final da divisória acabada podendo variar entre de 76,5 mm a 93,5 mm.

8.4. Da apresentação de amostra: Para fins de comprovação da compatibilidade dos materiais a serem fornecidos na montagem de novas divisórias com o padrão existente na edificação, conforme especificações constantes neste Termo de Referência nos itens e subitens de 3.3, 3.4, a empresa deverá apresentar amostra montada em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação do pregoeiro, contendo pelo menos os seguintes elementos devidamente conectados entre si:

8.4.1. Trecho reto em painel cego (elemento tipo piso-teto), com estrutura portante, guias de piso e de teto, cliques/prendedores, acabamentos retos e de quina, niveladores de painéis, juntas acústicas externas, ferragens, isolamento acústico em placas de lã de rocha ou lã de PET e demais elementos necessários para garantir a compatibilidade com o Sistema ABATEX existente na edificação.

8.4.2. Trecho reto com painel de vidro conforme especificações apresentadas no item 3.3.3.

8.4.3. Porta completa em folha única, espessura mínima de 38 mm para a folha, incorporada ao trecho de divisória cega, com portal, dobradiças, fechadura conforme padrão informado, interruptor de iluminação no batente. Nota: O sistema de fixação das dobradiças nos batentes deverá ser equivalente ao sistema ABATEX, de modo a facilitar a realização de ajustes e o pleno reaproveitamento dos componentes nos remanejamentos com o reaproveitamento dos materiais.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- 8.4.4. Destaca-se que as portas a serem fornecidas, durante a prestação dos serviços, deverão ter largura mínima de 90cm de modo a possibilitar o atendimento à NBR-9050 (modulação do portal de 1000 mm)
- 8.4.5. Um acabamento reto instalado em alguma das extremidades da amostra de divisória
- 8.4.6. Um acabamento de quina instalado em alguma seção da amostra de divisória.
- 8.4.7. Parte da amostra deverá possibilitar a visualização da estrutura interna, ou, se preferir, a empresa poderá durante a apresentação da amostra realizar o desmonte dos componentes necessários para permitir a visualização dos componentes internos.
- 8.4.8. A amostra poderá ser apresentada em modelo reduzido, a critério da licitante, desde que apresente medidas dimensionais mínimas de modo a permitir avaliar as características técnicas, funcionais, de compatibilidade e de acabamento em relação ao padrão existente na edificação, bem como o atendimento à tolerância especificada para a divisória acabada, cuja espessura final da divisória acabada pode variar entre de 76,5 mm a 93,5 mm, porém não será admitido redução da espessura da divisória acabada, nem dos elementos constituintes, como espessura de chapas de madeira, espessura de perfis, espessura de vidros, das portas e dos demais componentes.
- 8.4.9. A amostra será avaliada quanto a sua compatibilidade com o sistema ABATEX presente na edificação, incluindo o sistema de montagem, os materiais aplicados, os acabamentos existentes, as medidas das peças dentro das tolerâncias aceitáveis, os encaixes, as fixações e o atendimento aos quesitos técnicos e funcionais da divisória:
- 8.4.10. Considerando os quesitos apresentados no item 3.4.10, os seguintes critérios deverão ser atendidos:

Item	Quesito	O que será avaliado	Crítérios de avaliação a serem atendidos na integralidade
1	Acabamento e estética	• Junção entre painéis e componentes	• Junções contínuas, sem frestas visíveis ou desníveis perceptíveis
		• Alinhamento e regularidade das conexões	• Ausência de falhas visuais, rebarbas ou empenamentos
		• Igualdade dimensional das peças	• Peças com padrão dimensional uniforme
		• Materiais, textura e cores	• Materiais, cores e texturas uniformes, sem manchas ou variações anormais na textura e nas cores
2	Conectividade	• Espessura final da divisória montada	• Espessura compatível com o padrão especificado no TR



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

		<ul style="list-style-type: none"> • Encaixes, conexões/fixações e acabamentos 	<ul style="list-style-type: none"> • Encaixes padronizados, precisos e bem ajustados, sem necessidade de adaptações especiais e presença de acabamentos adequados e necessários para a integração com outros sistemas de divisórias/paredes e para aplicação nas quinas nas divisórias e nos fechamentos de painéis retos.
3	Montagem e modularidade	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de montagem e desmontagem 	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema modular, desmontável e remontável sem danos aos componentes
		<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade da montagem da amostra 	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura montada de forma estável e firme
		<ul style="list-style-type: none"> • Clipes, niveladores 	<ul style="list-style-type: none"> • Resistência compatível com a finalidade e fixações adequadas e seguras
		<ul style="list-style-type: none"> • Dobradiças, ferragens (incluindo a fechadura) e interruptor de luz 	<ul style="list-style-type: none"> • Materiais e especificações em acordo com o padrão especificado no TR
4	Durabilidade e solidez	<ul style="list-style-type: none"> • Robustez do sistema construtivo 	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema autoportante, sem instabilidade ou deformações perceptíveis
		<ul style="list-style-type: none"> • Solidez da estrutura interna e externa 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de ruídos, folgas ou deslocamentos ao manuseio normal
		<ul style="list-style-type: none"> • Resistência ao uso contínuo 	<ul style="list-style-type: none"> • Conjunto sólido, compatível com uso administrativo contínuo
5	Conforto térmico e acústico	<ul style="list-style-type: none"> • Composição do painel (chapas, miolo, vedações) 	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema construtivo idêntico ao ensaiado em laboratório
		<ul style="list-style-type: none"> • Estanqueidade das juntas 	<ul style="list-style-type: none"> • Isolamento acústico mínimo $R_w \geq 35$ dB, comprovado por laudo
		<ul style="list-style-type: none"> • Desempenho acústico do sistema 	<ul style="list-style-type: none"> • Laudo emitido por laboratório acreditado pela Cgcre/Inmetro.

8.5. Após a notificação para apresentação da amostra, a licitante deverá apresentá-la em até 5 (cinco) dias úteis, na Sede do Conselho Nacional do Ministério Público – Edifício Adail Belmonte - Setor de Administração Federal Sul (SAFS) - Quadra 2, Lote 3, em Brasília/DF, para serem analisadas pela FISCALIZAÇÃO, que emitirá parecer, em que constará aprovado sem ressalvas, aprovado com ressalvas ou reprovado.

8.6. Dentro desses 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação do pregoeiro, a empresa poderá coletar “in loco” as informações necessárias do sistema existente no edifício do CNMP a fim de providenciar a montagem da amostra.

8.7. A hipótese de “aprovação com ressalvas” somente ocorrerá uma única vez e caso as citadas ressalvas refiram-se a itens de mera aparência (pormenores de acabamento, coloração e outros itens que não impliquem



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

em incerteza quanto à qualidade e funcionalidade do objeto). Nesse caso, será disponibilizado novo prazo de 03 (três) dias úteis para correção das ressalvas, contados a partir da divulgação do resultado, mediante ajustes ou apresentação de novas amostras. Após as correções ou apresentação das novas amostras, a FISCALIZAÇÃO emitirá novo parecer de caráter definitivo, em que constará aprovado ou reprovado.

8.8. Os produtos apresentados como amostra serão analisados em até 3 (três) dias úteis, e poderão ser abertos, desmontados, instalados, conectados a equipamentos, ser seccionados, vincados, ou ter suas peças movimentadas e ainda ser submetidos aos testes necessários, bem como serem encaminhados a laboratórios ou institutos idôneos, para fins de emissão de laudo técnico quanto à conformidade com as especificações técnicas exigidas, sendo devolvidos à licitante no estado em que se encontrarem ao final da avaliação, ficando a cargo desta o ônus decorrente;

8.9. As licitantes interessadas poderão acompanhar todo o processo de análise e testes a que serão submetidas as amostras;

8.10. A não apresentação ou reprovação das amostras desclassifica o licitante.

8.11. Enquanto não expirado o prazo para entrega da amostra, a licitante poderá substituir ou efetuar ajustes e modificações no produto apresentado.

8.12. O pregão será suspenso para avaliação dos itens apresentados, sendo emitido o parecer sobre a adequação ou não dos produtos ofertados em relação às especificações do Edital.

8.13. A amostra deverá ser apresentada devidamente identificada com o número do certame, o número do item, o CNPJ, o nome ou razão social da licitante, conter os respectivos prospectos e manuais, se for o caso, e dispor na embalagem informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, quantidade do produto, sua marca, número de referência, código do produto e modelo e o telefone para contato;

8.14. A licitante será responsável pela montagem da amostra e pelo recolhimento e descarte dos materiais inservíveis, a exemplo de embalagens e protetores;

8.15. Os ajustes ou reapresentação da amostra poderão, a critério do CONTRATANTE, ser dispensados, desde que haja manifestação formal da licitante confirmando sua ciência quanto às ressalvas apontadas e sua anuência de que todas as exigências e especificações serão integralmente atendidas no fornecimento do produto por ocasião da contratação;

8.16. A licitante deverá colocar à disposição do CONTRATANTE todas as condições indispensáveis à análise da amostra e fornecer, sem ônus, manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso;



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- 8.17. Durante o período de exame da amostra, o CONTRATANTE poderá solicitar informações adicionais, referentes aos componentes e ao objeto;
- 8.18. A licitante se obriga a apresentar, a critério do CONTRATANTE, laudos emitidos por laboratório credenciado pelo INMETRO, de conformidade de características específicas das amostras que as confrontem com as exigências de Edital, caso o objeto analisado não seja suficiente para dirimir questionamentos que porventura surjam durante a análise;
- 8.19. A amostra reprovada ou não computada como unidade entregue deverá ser retirada pela licitante em até 5 (cinco) dias úteis, após comunicado do CNMP;
- 8.19.1. Caso a licitante não providencie a retirada da amostra no prazo estipulado, ficará a critério do CNMP utilizá-la ou efetuar o devido desfazimento/descarte do bem.
- 8.20. A não apresentação ou reprovação da amostra desclassifica a licitante.

9. VISTORIA

- 9.1. As empresas interessadas em participar do certame poderão realizar vistoria nas dependências da sede do Conselho Nacional do Ministério Público para verificar as condições de prestação dos serviços, tomar conhecimento de peculiaridades relacionadas ao fornecimento e avaliar o grau de complexidade das tarefas a serem desenvolvidas.
- 9.2. A vistoria poderá ser realizada até 1 (um) dia antes da data prevista para a abertura da licitação, não sendo admitida, em hipótese alguma, qualquer alegação de desconhecimento, total ou parcial, dos serviços a serem prestados, suas peculiaridades e complexidade, após a licitação.
- 9.3. A Declaração de Vistoria, caso seja realizada por interesse da Licitante, deverá estar devidamente assinada, tanto pelo representante da Unidade COENG/SA, bem como pelo representante da empresa;
- 9.4. A licitante poderá agendar a vistoria junto ao Conselho Nacional do Ministério Público, por meio do telefone (0XX61) 3366-9131 das 9h00 às 17h00, junto à Coordenaria de Engenharia e Arquitetura;
- 9.5. Na vistoria, a licitante poderá efetuar medições para subsidiar a elaboração de suas propostas e eliminar possíveis omissões, falhas ou incompatibilidade das especificações constantes do edital;
- 9.6. Se, por qualquer motivo, a referida declaração de vistoria não estiver junto com a documentação, será considerada, se houver, a segunda via em poder da comissão de contratação, para fins de habilitação;
- 9.7. Caso a licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar, junto com a documentação de habilitação, declaração de que tem conhecimento da complexidade, dos aspectos relativos aos serviços e



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

demaís informações necessárias para a execução do objeto da licitação responsabilizando-se pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de instalação.

10. ENTREGA, PRAZO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

10.1. O prazo para início da prestação dos serviços é de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da ordem de serviço;

10.2. O prazo máximo para execução do serviço será definido na referida Ordem de Serviço em razão do volume e complexidade dos serviços envolvidos, bem como dos materiais e componentes necessários para a execução das atividades.

10.3. Os serviços, visando garantir melhores condições técnicas para a realização dos trabalhos, poderão ser executados em finais de semana e horários alternativos.

10.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 1 (um) dia útil, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

10.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparados, corrigidos ou refeitos no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades aplicáveis;

10.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação mediante termo detalhado;

10.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

10.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

11. LOCAL PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. Os serviços deverão ser prestados nas dependências do CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público, localizado no SAFS – Setor de Administração Federal Sul –Quadra 02 – Lote 03, Edifício Adail Belmonte, Brasília/DF, CEP 70070-600.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

11.2. A prestação dos serviços deverá ser realizada nas condições especificadas neste Termo de Referência.

12. ESPECIFICAÇÕES DA GARANTIA E/OU ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOS SERVIÇOS

12.1. O período de garantia técnica para os serviços e os materiais empregados, aplicável aos itens 1, 2 e 7 da tabela de formação de preços – Anexo II do Edital, deverá ser de, no mínimo, 90 (noventa) dias a contar a partir do primeiro dia útil subsequente à data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

12.2. O prazo de garantia técnica referente ao fornecimento, com instalação, de novas divisórias, situação aplicável aos itens 3, 4, 5 e 6 da tabela de formação de preços – Anexo II do Edital, deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses a contar a partir do primeiro dia útil subsequente à data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

12.3. A assistência técnica da garantia deverá ser on-site e o atendimento deverá ser prestado conforme as seguintes condições:

12.3.1. O atendimento às solicitações de garantia deverá estar disponível por intermédio de contato telefônico e por correio eletrônico, de 8h00 às 18h00, nos dias úteis.

12.3.2. Em até 10 (dez) dias úteis após assinatura do contrato, a Contratada deverá informar número de telefone e endereço de correio eletrônico para solicitações de assistência técnica da garantia. Durante o prazo de garantia, a Contratada deverá comunicar ao CNMP, imediatamente, quaisquer alterações nos meios de contato para o registro de solicitações.

12.3.3. O prazo para reparação dos serviços relacionados aos componentes, durante o prazo de garantia, deverá ser de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação, inclusive se encontrados defeitos ou desconformidades com as especificações descritas neste Termo de Referência, no ato da entrega

13. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.1. Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

13.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

13.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços realizados provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimentos;

13.4. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço realizado, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido;

13.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao serviço, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

13.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato/objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

13.7. Aplicar as sanções, conforme previsto no termo de referência (e/ou outros instrumentos adequados, como edital e contrato);

13.8. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, no período de expediente do CNMP, nos dias úteis, desde que devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas, sendo vedada, salvo se por autorização expressa do CONTRATANTE, o trânsito em áreas estranhas às suas atividades;

13.9. Prestar todas as informações e esclarecimentos pertinentes ao serviço, que venham a ser solicitadas pelos técnicos da CONTRATADA;

13.10. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição, de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá de identificação, que atrapalhar ou dificultar a fiscalização, ou cuja conduta esteja inadequada, a critério do CNMP;

13.11. Anotar em registro próprio e notificar à CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do serviço, fixando prazo para a sua correção.

13.12. Emitir decisão explícita sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente contratação, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste (art. 123 da Lei nº 14.133/2021).

13.12.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no termo de referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

14.2. Realizar o serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência, se for o caso, e prazo de garantia ou validade;

14.3. A CONTRATADA deve relacionar-se com o CONTRATANTE, exclusivamente, por meio do fiscal do contrato ou da Área de Contratos nos assuntos de sua competência, e preferencialmente, por escrito;



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- 14.4. A CONTRATADA deverá prestar esclarecimentos ao CNMP e sujeitar-se às orientações do fiscal do contrato;
- 14.5. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos, avarias ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- 14.6. Relatar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 1 (um) dia, irregularidades ocorridas que impeçam, alterem ou retardem a execução do contrato/objeto, efetuando o registro da ocorrência com todos os dados e circunstâncias necessárias a seu esclarecimento, sem prejuízo da análise da administração e das sanções previstas;
- 14.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (art. 92, inciso XVI da Lei nº 14.133/2021);
- 14.8. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato (art. 120 da Lei nº 14.133/2021);
- 14.9. A CONTRATADA deve zelar pelas instalações do CONTRATANTE;
- 14.10. A CONTRATADA deve responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho sofridos pelos seus empregados quando em serviço;
- 14.11. A CONTRATADA deve observar rigorosamente as normas regulamentadoras de segurança do trabalho;
- 14.12. A CONTRATADA obriga-se a manter, nas dependências do CONTRATANTE, os funcionários identificados e uniformizados de maneira condizente com o serviço, observando ainda as normas internas e de segurança;
- 14.13. Resguardar que seus funcionários cumpram as normas internas do CONTRATANTE e impedir que os que cometerem faltas a partir da classificação de natureza grave continuem na prestação dos serviços;
- 14.14. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias para o atendimento dos prestadores de serviço acidentados ou com mal súbito;
- 14.15. A CONTRATADA deverá, ao longo de toda a execução contratual, cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 da Lei nº 14.133/2021).



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

14.15.1. Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o caput deste artigo, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

14.16. A CONTRATADA é obrigada a disponibilizar e manter atualizados conta de e-mail, endereço e telefones comerciais, ou, quando o caso, o canal de atendimento, para fins de comunicação formal entre as partes, sendo de sua total responsabilidade as consequências negativas advindas da desatualização dessas informações;

14.17. É vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar o contrato para quaisquer operações financeiras;

14.18. É vedado à CONTRATADA utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios, mídias e impressos;

14.19. É vedado à CONTRATADA reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE.

15. SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15.2. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

16. CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO E ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS

16.1. A proposta apresentada deverá conter o CNPJ da proponente, prazo de validade e ser endereçada ao Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP;

16.2. O julgamento das propostas se dará pelo menor preço global;

16.3. Nos preços da proposta, deverão estar inclusas todas as despesas e custos diretos e indiretos, como impostos, taxas e fretes;

16.4. As proponentes deverão apresentar preços unitários e totais anuais, em moeda nacional, tendo como base inicial os quantitativos estimativos apresentados na planilha de composição de custos conforme quadro abaixo, salientando que o valor especificado para o item 7, referente ao RESSARCIMENTO, refere-se a um valor fixo, pré-determinado, que não pode ser alterado no preenchimento da tabela, e que o item 8 corresponde ao valor resultante da aplicação do BDI a ser considerado na proposta, podendo variar de 0,00% a 14,02% (limite estabelecido) a critério da licitante, sobre o valor fixo de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) do item 7:



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

LOTE ÚNICO					
Item	Descrição/Especificação	Uni.	Quant. Anual (Estimado)	Preço unitário	Preço global
1	DESMONTAGEM de divisórias existentes no CNMP conforme especificações apresentadas no item 3.6.1 complementada pelas demais especificações apresentadas neste Termo de Referência.	m ²	700,00		
2	MONTAGEM de divisórias com materiais existentes no CNMP conforme especificações apresentadas no item 3.6.2 complementada pelas demais especificações apresentadas neste Termo de Referência.	m ²	700,00		
3	Fornecimento com instalação de PAINEL CEGO PISO TETO, sendo a altura conforme local da instalação, com equivalência técnica às especificações apresentadas no item 3.3.1. complementada pelas demais especificações apresentadas neste Termo de Referência.	m ²	200,00		
4	Fornecimento com instalação de PAINEL MISTO CEGO / VIDRO DUPLO COM PERSIANA INTERNA, sendo a altura conforme local da instalação, com equivalência técnica às especificações apresentadas no item 3.3.2. complementada pelas demais especificações apresentadas neste Termo de Referência.	m ²	45,00		



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

5	Fornecimento com instalação de PAINEL VIDRO DUPLO COM PERSIANA INTERNA, sendo a altura conforme local da instalação, com equivalência técnica às especificações apresentadas no item 3.3.3. complementada pelas demais especificações apresentadas neste Termo de Referência.	m ²	25,00		
6	Fornecimento com instalação de PORTA SIMPLES COMPLETA (ESTRUTURA E ACESSÓRIOS), sendo a altura conforme local da instalação, com equivalência técnica às especificações apresentadas no item 3.3.4. complementada pelas demais especificações apresentadas neste Termo de Referência.	Unidade	10		
7	Fornecimento de peças específicas para os sistemas de divisórias existentes – Aquisição mediante posterior RESSARCIMENTO, conforme condições apresentadas no item 3.7.	Valor Limite Anual	1	R\$ 45.000,00	R\$ 45.000,00
8	Valor correspondente à aplicação do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) sobre o valor fixo de R\$ 45.000,00 do item 7, conforme condições apresentadas no item 3.7.4.	BDI	Informar o percentual a ser considerado aqui (índice máximo de 14,02%)	Informar o valor a ser considerado aqui (valor máximo R\$ 6.309,00)	Informar o valor a ser considerado aqui (valor máximo R\$ 6.309,00)
Valor total anual:					

17. ALTERAÇÃO SUBJETIVA



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

17.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

18. CONTROLE DA EXECUÇÃO

18.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, e da Portaria CNMP-SG nº 152/2023, serão designados gestores e fiscais para acompanhar e fiscalizar a realização dos serviços constantes deste Termo de Referência, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

18.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor e do fiscal deverão ser solicitadas ao seu superior, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes (art. 117, §2º da Lei nº 14.133/2021);

18.3. O contrato assinado ou a ordem de serviço acompanhada da Nota de Empenho constituirão documentos de autorização para a execução dos serviços;

18.4. Os gestores e fiscais anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

18.5. O Conselho Nacional do Ministério Público poderá rejeitar o objeto, no todo ou em parte, se em desacordo com este termo de referência;

18.6. Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao objeto da presente contratação, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada.

19. PREPOSTO

19.1. A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pelo CONTRATANTE durante o período de execução do objeto, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração FORMAL/ESCRITA em que deverá constar o nome completo, nº CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional;

19.2. O preposto, uma vez indicado pela empresa e aceito pelo CONTRATANTE, deverá apresentar-se à FISCALIZAÇÃO tão logo seja firmado o contrato para tratar dos assuntos pertinentes à execução dos serviços previstos neste Termo de Referência, relativos à sua competência;



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- 19.3. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados;
- 19.4. A CONTRATADA orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações do CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas de Segurança e de Sustentabilidade;
- 19.5. O preposto deverá manter contato com o fiscal e o gestor do contrato, com o objetivo de sanar qualquer demanda, tanto na área de administração de pessoal, de fornecimento de material, quanto da manutenção dos equipamentos objetos desse contrato.

20. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 20.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados, em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de recebimento definitivo do objeto, acompanhado do atesto do Fiscal do contrato.
- 20.2. Caso a CONTRATADA seja optante pelo “SIMPLES” (Lei nº 9.317/1996), será obrigada a informar no corpo da nota fiscal e apresentar declaração, na forma do Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11/01/2012, em duas vias, assinadas pelo seu representante legal;
- 20.3. O pagamento será feito por meio de depósito na conta corrente da CONTRATADA, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura do serviço;
- 20.4. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, o CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, CNPJ nº 11.439.520/0001-11, e ainda, o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da Conta-Corrente da CONTRATADA, e a descrição clara e sucinta do objeto;
- 20.5. Sobre o valor da nota fiscal, a CONTRATANTE fará as retenções devidas ao INSS e as dos impostos e contribuições previstas na Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012;
- 20.6. A CONTRATADA deverá, ainda, junto à Nota Fiscal/Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Termo de Referência;
- 20.7. A apresentação de certidões atrasadas ou irregulares com a nota fiscal ensejará anotação do fiscal no registro próprio, e criará pendência a ser sanada pela Contratada;
- 20.8. Constatando-se, junto aos órgãos competentes, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, a critério do CONTRATANTE;

23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Com fundamento na Portaria CNMP-SG nº 153/2023 e no art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, **ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta da União** pelo prazo máximo de 3 (três) anos, garantidos os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º), a licitante ou contratada que:

23.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo - prazo de 1 (um) ano;

23.1.2. Der causa à inexecução total do contrato - prazo de 2 (dois) anos;

23.1.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame - prazo de 3 (três) meses;

23.1.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado - prazo de 6 (seis) meses;

23.1.4.1. Considera-se não manutenção da proposta:

23.1.4.1.1. a ausência do seu envio;

23.1.4.1.2. a recusa do seu detalhamento, quando exigido;

23.1.4.1.3. o pedido de desclassificação de sua proposta, quando encerrada a fase competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento e decorrente de caso fortuito ou força maior.

23.1.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta - prazo de 1 (um) ano;

23.1.5.1. Considera-se não celebração de contrato quando a licitante ou contratada desiste de formalizar o contrato ou aditivo, inclusive após manifestar concordância quanto à prorrogação de vigência ou alteração do objeto, seja para acréscimo ou supressão.

23.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado - prazo de 3 (três) meses.

23.1.6.1. Considera-se retardar a execução do objeto a ação ou omissão que prejudique o bom andamento do certame, evidencie tentativa de indução a erro no julgamento ou atrase a assinatura do contrato ou da Ata de Registro de Preços.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

23.2. As condutas especificadas no subitem 23.1.1. desta seção estarão sujeitas à sanção declaração de inidoneidade, subitem 23.1.4., quando presente situação que justifique a imposição de sanção mais grave.

23.2.1. Nas hipóteses do subitem anterior, o prazo estabelecido como parâmetro inicial para aplicação da sanção será duplicado, respeitado o limite mínimo previsto no subitem 23.1.4. desta seção.

23.3. Em casos de inexecução contratual, execução incompleta e/ou em desconformidade com as condições avençadas, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, resguardados os procedimentos legais pertinentes, sem prejuízo do disposto nos itens anteriores desta seção:

23.3.1. **Advertência** - aplicada exclusivamente para a infração administrativa de inexecução parcial do contrato de natureza leve e que não cause grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

23.3.1.1. Considera-se falta leve o descumprimento contratual que não acarrete prejuízo significativo para a Administração e não interfira diretamente na execução do objeto principal da contratação.

23.3.2. **Multa** aplicada nas seguintes hipóteses e nas demais previstas na tabela de penalidades deste termo de referência:

23.3.2.1. Multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, até o limite de 10% (dez por cento).

23.3.2.2. Multa compensatória de 20% sobre a parcela inadimplida ou, sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, em caso de inexecução parcial.

23.3.2.2.1. Considera-se inexecução parcial o atraso superior a 20 (vinte) dias corridos para início da execução do serviço; ou a interrupção dos serviços definidos no contrato por 5 (cinco) dias úteis seguidos ou 15 (quinze) dias úteis intercalados no período de 12 (doze) meses;

23.3.2.3. Multa compensatória de 30% sobre o valor total do contrato, na hipótese de inexecução total.

23.3.2.3.1. Considera-se inexecução total deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 30 (trinta) dias corridos contados da data estipulada para início da execução contratual; ou deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 10 (dez) dias úteis seguidos ou por 20 (vinte) dias úteis intercalados no período de 12 (doze) meses.

23.4. A sanção de **Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos** será aplicada pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, e decorre das seguintes condutas e pelos seguintes prazos:



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

23.4.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; Prazo - 4 (quatro) anos.

23.4.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; Prazo - 5 (cinco) anos.

23.4.2.1. Considera-se fraudar a execução contratual a prática de qualquer ato destinado a obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública.

23.4.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; Prazo - 5 (cinco) anos.

23.4.3.1. Considera-se comportar-se de maneira inidônea a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, como frustrar ou fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório, agir em conluio ou em desconformidade com a lei, induzir deliberadamente em erro no julgamento, prestar informações falsas ou apresentar documentação com informações inverídicas ou que contenha emenda ou rasura destinados a prejudicar a veracidade de suas informações.

23.4.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; Prazo - 5 (cinco) anos.

23.4.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; Prazo - 6 (seis) anos.

23.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar admitem a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

23.5.1. Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

23.5.2. Pagamento da multa;

23.5.3. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

23.5.4. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato sancionador;

23.5.5. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

23.6. A sanção aplicada pela conduta de apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; e praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável, nos termos do art. 163, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

23.7. Caso a contratada ou licitante não efetue o recolhimento da Guia de Recolhimento da União (GRU) referente à multa aplicada no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da notificação pela licitante ou contratada sancionada o valor será, sucessivamente:

23.7.1. Descontado dos créditos que a contratada fizer jus, no âmbito da mesma contratação;

23.7.2. Descontado da garantia contratual, se houver;

23.7.3. Cobrado judicialmente.

23.8. A Administração deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

23.9. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, nos termos do art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021.

24. TABELA DE PENALIDADES

24.1. A multa poderá ser cumulada com quaisquer outras sanções e será aplicada da seguinte forma:

Tabela 1: Infrações legais e os correspondentes percentuais de multa

INFRAÇÕES	MULTA
1. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;	20% (vinte por cento) sobre a parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta.
2. Dar causa à inexecução total do contrato	30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.
3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;	2,5% (dois vírgula cinco por cento) sobre o valor estimado para a contratação (em caso de adjudicação pelo valor global), o valor do lote (em caso de adjudicação por lote) ou o valor do item (em caso de adjudicação por item), conforme o caso.
4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;	2,5% (dois vírgula cinco por cento) sobre o valor estimado para a contratação (em caso de adjudicação pelo valor global), o valor do lote (em caso de adjudicação por lote) ou o valor do item (em caso de adjudicação por item), conforme o caso.
5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação,	5% (cinco por cento) sobre o valor estimado para a contratação (em caso de adjudicação pelo valor global), o valor do lote (em caso de adjudicação



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;	por lote) ou o valor do item (em caso de adjudicação por item), conforme o caso.
6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;	5% (cinco por cento) sobre o valor estimado para a contratação (em caso de adjudicação pelo valor global), o valor do lote (em caso de adjudicação por lote) ou o valor do item (em caso de adjudicação por item), conforme o caso.
7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;	10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação (em caso de adjudicação pelo valor global), o valor do lote (em caso de adjudicação por lote) ou o valor do item (em caso de adjudicação por item), conforme o caso.
8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;	10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação (em caso de adjudicação pelo valor global), o valor do lote (em caso de adjudicação por lote) ou o valor do item (em caso de adjudicação por item), conforme o caso.
9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;	10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação (em caso de adjudicação pelo valor global), o valor do lote (em caso de adjudicação por lote) ou o valor do item (em caso de adjudicação por item), conforme o caso.
10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;	10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação (em caso de adjudicação pelo valor global), o valor do lote (em caso de adjudicação por lote) ou o valor do item (em caso de adjudicação por item), conforme o caso.
11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.	30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

24.2. Subsidiariamente, não se enquadrando nas hipóteses do item 24.1, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o nível de gravidade respectivo, indicados nas tabelas a seguir:

Tabela 2: Níveis e percentuais de multa para as infrações contratuais

NÍVEL	CORRESPONDÊNCIA (por ocorrência sobre o valor global do CONTRATO)
1 (menor ofensividade)	0,5%.
2 (leve)	0,6%.
3 (médio)	0,8%.
4 (grave)	1,6%.
5 (muito grave)	3,2%.
6 (gravíssimo)	4%.

24.3. Todas as ocorrências contratuais serão registradas pelo CONTRATANTE, que notificará a CONTRATADA dos registros. Serão atribuídos níveis para as ocorrências, conforme tabela abaixo:



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Tabela 3: Infrações contratuais e correspondentes níveis

INFRAÇÃO		
Item	Descrição	Nível
1	Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato sem prévio acordo do CONTRATANTE.	6
2	Caucionar ou utilizar o contrato para quaisquer operações financeiras.	6
3	Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE	5
4	Utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios, mídias e impressos.	5
6	Deixar de relacionar-se com o CONTRATANTE, exclusivamente, por meio do fiscal do contrato	3
7	Deixar de sujeitar-se à fiscalização do CONTRATANTE, que inclui o atendimento às orientações do fiscal do contrato e a prestação dos esclarecimentos formulados.	4
8	Deixar de responsabilizar-se pelos produtos e materiais utilizados na montagem do objeto da contratação, assim como substituir imediatamente qualquer material que não atenda aos critérios especificados neste termo.	6
9	Deixar de zelar pelas instalações do CONTRATANTE	3
10	Deixar de responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho sofridos pelos seus empregados quando em serviço.	6
11	Deixar de observar rigorosamente as normas regulamentadoras de segurança do trabalho.	6
12	Deixar de manter nas dependências do CONTRATANTE, os funcionários identificados e uniformizados de maneira condizente com o serviço, observando ainda as normas internas e de segurança.	2
13	Deixar de manter, durante todo o período de vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação que permitiram sua contratação	4
14	Deixar de disponibilizar e manter atualizados conta de <i>e-mail</i> , endereço e telefones comerciais, ou, quando o caso, o canal de atendimento, para fins de comunicação formal entre as partes.	2
15	Deixar de responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus prestadores de serviço e por quaisquer prejuízos que sejam causados à CONTRATANTE e a terceiros.	6
16	Deixar de encaminhar documentos fiscais e todas as documentações determinadas pelo fiscal do contrato para efeitos de atestar os serviços e comprovar regularizações.	4
17	Deixar de assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias para o atendimento dos prestadores de serviço acidentados ou com mal súbito.	6
18	Deixar de relatar à CONTRATANTE toda e quaisquer irregularidades ocorridas, que impeça, altere ou retarde a execução do contrato, efetuando o registro da ocorrência com todos os dados e circunstâncias necessárias a seu esclarecimento.	5
19	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução do objeto.	5
20	Recusar fornecimento determinado pela fiscalização sem motivo justificado.	3



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

21	Retirar das dependências do CNMP quaisquer equipamentos ou materiais de consumo sem autorização prévia.	3
22	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	6

24.4. Em caso de registro de infração na qual a CONTRATADA apresente justificativa razoável e aceita pelo fiscal do contrato, o nível da infração poderá ser desconsiderado ou inserido em uma categoria de menor gravidade.

24.5. Na ocorrência de infrações contratuais não especificadas na tabela 3, o gestor do contrato utilizará como critérios o prejuízo causado ao CONTRATANTE e a diligência da CONTRATADA para solucionar o problema ao enquadrá-lo em um dos níveis de criticidade especificados na tabela 2.

24.6. A inexecução parcial ou total do contrato será configurada, entre outras hipóteses, na ocorrência de, pelo menos, uma das seguintes situações:

Tabela 4: Caracterização da inexecução contratual

GRAU	QUANTIDADE DE INFRAÇÕES	
	Inexecução Parcial	Inexecução Total
1	7 a 11	12 ou mais
2	6 a 10	11 ou mais
3	5 a 9	10 ou mais
4	4 a 6	7 ou mais
5	3 a 4	5 ou mais
6	2	3 ou mais

25. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

25.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto nesta seção, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

25.1.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

25.1.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

25.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

25.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

		Conceitos			
	Descrição Indicador	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
Material entregue	Prazo da entrega dos Materiais	No prazo estipulado	Atraso mínimo justificável (sem gerar impacto no prazo de término do serviço)	Atrasos significativos, mas justificáveis	Fora do prazo estipulado de forma injustificada
	Conformidade com as especificações técnicas	Dentro das especificações	Mínimas inconformidades, com grau leve, que requeiram pequenos reparos que não comprometeram a execução dos serviços	Casos de avarias moderadas: - Materiais com falhas nos acabamentos e/ou nas suas dimensões que não comprometem a aplicação e o uso - Necessidade de execução prévia de correções para viabilizar a instalação	Fora das especificações, gerando impacto na execução dos serviços: - Materiais diferentes daqueles contratados (fora das especificações / baixa qualidade), - Condições inadequadas, danificados, ou avariados, ou seja, que impeçam a aplicação
Serviços de Instalação de novas divisórias e de Desmontagem/Montagem com materiais de divisórias existentes	Prazo da execução dos serviços	No prazo estipulado	Atraso mínimo justificável (sem gerar impacto no prazo de término do serviço)	Atrasos significativos, mas justificáveis	Fora do prazo estipulado de forma injustificada
	Qualidade dos serviços executados	- Para Instalação: Serviços executados com precisão, apresentando alinhamento requerido e ótimo acabamento, incluindo a realização da limpeza das placas e descarte dos resíduos. - Para desinstalação: Serviços executados com os cuidados necessários de modo a garantir o posterior reaproveitamento de placas e perfis, transporte e organização, com identificação, no depósito de materiais de divisórias, bem como realizar a limpeza das placas e o descarte dos resíduos.	- Para Instalação: Os serviços foram adequados e atenderam à maioria dos critérios técnicos exigidos, com pequenos ajustes que não comprometeram a funcionalidade do produto. Limpeza de placas e/ou recolhimento de resíduos realizados com pequenas falhas, de fácil solução, não prejudicando o recebimento. - Para desmontagem: Pequenas falhas verificadas nos procedimentos de desmontagem: Falta de zelo no manuseio e transporte das peças passíveis de posterior reaproveitamento,	Tanto para instalação quanto para desinstalação: Os serviços apresentaram falhas moderadas que exigiram retrabalhos ou correções, afetando de forma parcial a estética e a funcionalidade do produto. Serviços mal executados por falta de qualidade gerando impactos na entrega do serviço.	- Para Instalação: Os serviços prestados foram inadequados, com falhas graves de alinhamento, acabamento e segurança, comprometendo significativamente a qualidade e a durabilidade do serviço - Para desinstalação: Serviços mal executados comprometendo o reaproveitamento das peças ou mesmo não executados por falha da equipe da contratada.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

		sem, no entanto, ter prejudicado o reaproveitamentos das peças; pequenas falhas na limpeza ou na organização dos materiais retirados, bem como no descarte de resíduos.	
--	--	---	--

25.3.1. Quadro para apuração dos conceitos associados a cada indicador

QUADRO COM OS CONCEITOS APURADOS				
Descrição Indicador	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
Prazo da entrega dos Materiais				
Conformidade com as especificações técnicas				
Prazo da execução dos serviços				
Qualidade dos serviços executados				

25.3.2. Quadro de consolidação dos conceitos obtidos e equivalência para determinação da pontuação obtida

QUADRO DETERMINAÇÃO DA PONTUAÇÃO OBTIDA			
CONCEITO	Quantidade Coluna (a)	Equivalência Coluna (b)	Pontuação Obtida Pontos = (a) x (b)
Ótimo			
Bom			
Regular			
Ruim			
		TOTAL	=SOMA(Coluna)

25.3.3. Determinação da Nota Final de medição dos Resultados

25.3.3.1. A nota ("N") será obtida mediante o resultado do somatório total dos pontos obtidos (Célula TOTAL) dividido pelo número total de itens avaliados ("X"), no caso 4 (quatro) itens, quando se tratar de montagem com fornecimento de materiais e 2 (dois) quando envolver apenas os serviços de montagem/desmontagem.

25.3.4. Resultado:

PERCENTUAL DE LIBERAÇÃO	NOTA OBTIDA NA AVALIAÇÃO
Liberação total da fatura	Nota maior ou igual a 90 pontos



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Liberação de 90% da fatura	Nota maior ou igual a 70 e menor que 90 pontos
Liberação de 80% da fatura	Nota maior ou igual a 60 e menor que 70 pontos
Liberação de 65% da fatura	Nota maior ou igual a 50 e menor que 60 pontos
Liberação de 50% da fatura	Nota menor que 50 pontos

25.4. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, conforme cálculo apresentado no item 25.3, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

26. CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

26.1. Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por entidade da Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta e/ou empresa privada, comprovando que a licitante tenha prestado ou esteja prestando serviços de características técnicas e de tecnologia de execução equivalente ou superior ao objeto deste documento e que façam relevância expressa a fornecimento e montagem/desmontagem de divisórias em sistema compatível ou equivalente ao sistema ABATEX, isto é, sistema modular, desmontável e remontável (possibilitando reaproveitamento), tipo saque frontal e individual dos painéis, com no mínimo 350 (trezentos e cinquenta) metros quadrados de montagem ou instalação.

26.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter o timbre da pessoa jurídica que o(s) emitiu, com a descrição do nome completo, do cargo, da função e conter a assinatura legível do responsável e, adicionalmente, conter dados sobre contatos de telefone e correio eletrônico do responsável pela emissão do atestado.

26.3. O(s) atestado(s) apresentado(s) poderá(ão) ser objeto de diligência, a critério do CNMP, para a verificação da autenticidade do conteúdo das informações nele(s) contidas.

26.4. Havendo divergência entre o especificado no atestado de capacidade e o apurado em eventual diligência, além da desclassificação fica a licitante sujeita às penalidades cabíveis.

26.5. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

26.5.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

27. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI Nº 13.709/2018

27.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

27.2. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

27.3. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CNMP, em até 2 (dois) dias do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

27.4. A CONTRATADA cooperará com a CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral;

27.5. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 06/2026

MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO

SEI 19.00.6160.0002431/2026-75

UASG – 590001

ANEXO II

PLANILHAS ESTIMATIVAS DE PREÇOS

AO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026.

Dados da Empresa

Razão Social:

CNPJ:

Endereço Eletrônico (e-mail):

Tel/Fax:

Endereço:

Nome:

Cargo:

Validade da proposta: (mínimo 60 dias)

Validade da garantia: Conforme item 12 do Termo de Referência

Item	Descrição/Especificação	Und.	Quant. Anual (Estimado)	Preço unitário	Preço global
1	DESMONTAGEM de divisórias existentes no CNMP conforme especificações apresentadas no item 3.6.1 complementada pelas demais especificações apresentadas no Termo de Referência.	m²	700,00		



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2	MONTAGEM de divisórias com materiais existentes no CNMP conforme especificações apresentadas no item 3.6.2 complementada pelas demais especificações apresentadas no Termo de Referência.	m ²	700,00		
3	Fornecimento com instalação de PAINEL CEGO PISO TETO, sendo a altura conforme local da instalação, com equivalência técnica às especificações apresentadas no item 3.3.1. complementada pelas demais especificações apresentadas no Termo de Referência.	m ²	200,00		
4	Fornecimento com instalação de PAINEL MISTO CEGO / VIDRO DUPLO COM PERSIANA INTERNA, sendo a altura conforme local da instalação, com equivalência técnica às especificações apresentadas no item 3.3.2. complementada pelas demais especificações apresentadas no Termo de Referência.	m ²	45,00		
5	Fornecimento com instalação de PAINEL VIDRO DUPLO COM PERSIANA INTERNA, sendo a altura conforme local da instalação, com equivalência técnica às especificações apresentadas no item 3.3.3. complementada pelas demais especificações apresentadas no Termo de Referência.	m ²	25,00		
6	Fornecimento com instalação de PORTA SIMPLES COMPLETA (ESTRUTURA E ACESSÓRIOS), sendo a altura conforme local da instalação, com equivalência técnica às especificações apresentadas no item 3.3.4. complementada pelas demais especificações apresentadas no Termo de Referência.	Unidade	10		



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

7	Fornecimento de peças específicas para os sistemas de divisórias existentes – Aquisição mediante posterior RESSARCIMENTO, conforme condições apresentadas no item 3.7. do Termo de Referência.	Valor Limite Anual	1		
8	Valor correspondente à aplicação do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) sobre o valor fixo de R\$ 45.000,00 do item 7, conforme condições apresentadas no item 3.7.4. do Termo de Referência.	BDI	Informar o percentual a ser considerado aqui (índice máximo de 14,02%)		
Valor total anual (R\$)					

Obs 1 - As Licitantes deverão apresentar preços unitários e totais anuais, em moeda nacional, tendo como base inicial os quantitativos estimativos apresentados na planilha de composição de custos conforme quadro abaixo, salientando que o valor especificado para o item 7, referente ao RESSARCIMENTO, refere-se a um valor fixo, pré-determinado, que não pode ser alterado no preenchimento da tabela, e que o item 8 corresponde ao valor resultante da aplicação do BDI a ser considerado na proposta, podendo variar de 0,00% a 14,02% (limite estabelecido) a critério da licitante, sobre o valor fixo de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) do item 7

Obs. 2 - Nos preços acima propostos estão inclusas todas as despesas e custos diretos e indiretos, como impostos, taxas, fretes, garantias, serviços de instalação, salários, encargos sociais, fiscais e comerciais, bem como quaisquer outros aplicáveis.

Obs. 3 - Declaramos de que a empresa possui todos os requisitos exigidos no edital e no termo de referência para o cumprimento do objeto contratual.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 06/2026
MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO

SEI 19.00.6160.0002431/2026-75

UASG – 590001

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE
(RESOLUÇÕES CNMP nºs 37/2009 e 172/2017)

(Nome/razão social) _____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a) _____ **DECLARO**, nos termos da Resolução nº **37/2009**, do Conselho Nacional do Ministério Público, para fins de contratação de prestação de serviços junto ao Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, que:

() os sócios desta empresa **não são** cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive e de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil, com membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

() os sócios desta empresa **são** cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

(x) os sócios desta empresa estão cientes de que é vedado contratar cônjuge, companheiro(as) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigentes, membros ou servidores do Contratante, em especial de agentes públicos que desempenhem função na contratação ou atuem na fiscalização ou na gestão do contrato.

Nome do membro: _____



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Cargo: _____

Órgão de Lotação: _____

Grau de Parentesco: _____

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

Brasília, _____ de _____ de 2026.

(Assinatura Representante Legal da Empresa)



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 06/2026

MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO

SEI 19.00.6160.0002431/2026-75

UASG – 590001

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO CNMP Nº [XX]/[ANO]

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE
SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO E A PESSOA
JURÍDICA.....

A UNIÃO, por intermédio do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, CNPJ nº 11.439.520/0001-11, situado no Setor de Administração Federal Sul – SAFS, quadra 2, lote 3, Edifício Adail Belmonte, Brasília/DF, representado neste ato por seu (ua) Ordenador(a) de Despesas, [NOME], brasileiro(a), servidor(a) público(a), RG [XX] – [ÓRGÃO]/[UF], CPF: [XX], no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria CNMP nº [XX], de [dia] de [mês] de [ano], ou, nas ausências e impedimentos desta, pelo seu substituto(a), [NOME], brasileiro(a), servidor(a) público(a), RG: [XX] – [ÓRGÃO/UF], CPF: [XX], conforme Portaria CNMP-PRESI nº [XX], [dia] de [mês] de [ano], ambos residentes e domiciliados nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a pessoa jurídica [NOME DA CONTRATADA], CNPJ nº [XX], estabelecida na [endereço], neste ato representada por [NOME], inscrita no RG sob o nº [XX] – [ÓRGÃO]/[UF], e no CPF sob o nº [XX], residente e domiciliado em [Cidade/UF], e daqui por diante designada simplesmente CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº[XXX] e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº[XXX], mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para a execução, sob demanda, de serviços de montagem e desmontagem de divisórias existentes, bem como fornecimento, com instalação, de novas divisórias compatíveis com o padrão existente no edifício-sede do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), de acordo com as especificações e condições descritas no Termo de Referência, de acordo com as especificações e condições descritas no Termo de Referência (anexo I do edital).

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3 O Termo de Referência;

1.4 Proposta do contratado;

1.5 Eventuais anexos dos documentos supracitados e ao Edital da licitação.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo, a critério do CONTRATANTE, ser prorrogado sucessivamente, até o limite de 10 (dez) anos, conforme artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O valor global da contratação é de R\$ (XXXX), conforme tabela abaixo:



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Item	Descrição/Especificação	Und.	Quant. Anual (Estimado)	Preço unitário	Preço global
1	DESMONTAGEM de divisórias existentes no CNMP conforme especificações apresentadas no item 3.6.1 complementada pelas demais especificações apresentadas no Termo de Referência.	m ²	700,00		
2	MONTAGEM de divisórias com materiais existentes no CNMP conforme especificações apresentadas no item 3.6.2 complementada pelas demais especificações apresentadas no Termo de Referência.	m ²	700,00		
3	Fornecimento com instalação de PAINEL CEGO PISO TETO, sendo a altura conforme local da instalação, com equivalência técnica às especificações apresentadas no item 3.3.1. complementada pelas demais especificações apresentadas no Termo de Referência.	m ²	200,00		
4	Fornecimento com instalação de PAINEL MISTO CEGO / VIDRO DUPLO COM PERSIANA INTERNA, sendo a altura conforme local da instalação, com equivalência técnica às especificações apresentadas no item 3.3.2. complementada pelas demais especificações apresentadas no Termo de Referência.	m ²	45,00		



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

5	Fornecimento com instalação de PAINEL VIDRO DUPLO COM PERSIANA INTERNA, sendo a altura conforme local da instalação, com equivalência técnica às especificações apresentadas no item 3.3.3. complementada pelas demais especificações apresentadas no Termo de Referência.	m²	25,00		
6	Fornecimento com instalação de PORTA SIMPLES COMPLETA (ESTRUTURA E ACESSÓRIOS), sendo a altura conforme local da instalação, com equivalência técnica às especificações apresentadas no item 3.3.4. complementada pelas demais especificações apresentadas no Termo de Referência.	Unidade	10		
7	Fornecimento de peças específicas para os sistemas de divisórias existentes – Aquisição mediante posterior RESSARCIMENTO, conforme condições apresentadas no item 3.7. do Termo de Referência.	Valor Limite Anual	1		
8	Valor correspondente à aplicação do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) sobre o valor fixo de R\$ 45.000,00 do item 7, conforme condições apresentadas no item 3.7.4. do Termo de Referência.	BDI	Informar o percentual a ser considerado aqui (índice máximo de 14,02%)		
Valor total anual (R\$)					

5.2 Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no item 20 do Termo de Referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, em / /2026.

7.2 Após o interregno de 1 (um) ano, os preços poderão ser reajustados, nos termos e condições estabelecidas item 7 do Termo de Referência, parte integrante e complementar deste instrumento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 São obrigações do CONTRATANTE, além das previstas no Termo de Referência:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos.

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.4 Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

8.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

8.7 Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.8 Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- 8.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado.
- 8.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.12 O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
- 9.3 Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 9.4 Manter preposto aceito pelo CONTRATANTE para representá-lo na execução do contrato.
- 9.5 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.6 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 9.7 Relacionar-se com o contratante, exclusivamente, por meio do Gestor/Fiscal do Contrato.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

9.8 O atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

9.9 Disponibilizar uma conta e-mail para fins de comunicação entre as partes, e manter atualizados o endereço e telefone comerciais ou, quando o caso, o canal de atendimento.

9.10 Não utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios, mídias e impressos, sob pena de rescisão do presente Contrato.

9.11 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.12 Independente de declaração expressa, cientificar-se e submeter-se, no que couber, ao disposto no CÓDIGO DE ÉTICA DO CNMP, estabelecido pela Portaria CNMP-PRESI Nº 44, de 9 de abril de 2018.

9.13 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.14 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

9.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

9.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

10. CLÁUSULA DEZ - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 O CONTRATANTE deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 A CONTRATADA deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

10.9 A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (art. 37 da LGPD), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo CONTRATANTE nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11 CLÁUSULA ONZE - REGULARIDADE JUNTO AO CADIN

11.1 A CONTRATADA deverá manter-se em situação regular junto ao Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais - Cadín, sob pena de impossibilitar a celebração de aditamentos, nos termos do art. 6º - A da Lei nº 10.522/2022, incluindo pela Lei nº 14.973/2024.

11.2 À CONTRATADA com registro no Cadín, poderá ser facultada a possibilidade de regularização ou quitação de seu débito, para levantar o impedimento ao aditamento, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, prazo este passível de prorrogação, a pedido da empresa, desde que esteja devidamente justificado.

12 CLÁUSULA DOZE – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Comete infração administrativa, sujeitando-se às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e na Portaria CNMP-SG nº 153/2023, a CONTRATADA que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c. der causa à inexecução total do contrato;
 - d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.2 Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- i. **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);
 - ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);
 - iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).
 - iv. **Multa**, nas hipóteses previstas no item 18 – Sanções Administrativas e item 19 – Tabela de Penalidades, ambos do Termo de Referência.
- 12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/ 2021).
- 12.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).
- 12.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

12.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

12.6 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/ 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. as peculiaridades do caso concreto;
- c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. os danos que dela provierem para o Contratante;
- e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos do CONTRATANTE Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na](#) Lei nº 12.846/20131, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei nº 14133/2021.

12.10 A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, Lei nº 14.133/2021).



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

12.11 O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (art. 161, Lei nº 14.133/2021).

12.12 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163, Lei nº 14.133/2021

12.13 Os débitos da CONTRATADA para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13 CLÁUSULA TREZE - EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá o CONTRATANTE providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:

- a. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b. poderá o CONTRATANTE optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137, Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

13.4.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3 Indenizações e multas.

13.6 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, Lei nº 14.133/2021).

13.7 O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021).

14 CLÁUSULA QUATORZE - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:

14.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

15 CLÁUSULA QUINZE - CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 18.078/1990 – e normas e princípios gerais dos contratos.



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

16 CLÁUSULA DEZESSEIS - ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

16.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

17 CLÁUSULA DEZESSETE - PUBLICAÇÃO

18.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724/ 2012.

18 CLÁUSULA DEZOITO - FORO

18.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Brasília-DF, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021](#).

18.2 E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato assinado pelas partes.

[NOME]
CONTRATANTE

[NOME]
CONTRATADA